

ATA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
LABORATÓRIO PROINFO

Brasília, 01 de Março de 2013

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2013

Aquisição de soluções tecnológicas para atendimento de escolas públicas do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)

No primeiro dia do mês de março de dois mil e treze, na cidade Brasília/DF, no Auditório do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, às 09h00min, teve início a Audiência Pública Nº 4/2013. **OBJETIVO:** Levantar subsídios para processo licitatório, para eventual aquisição de soluções tecnológicas, para atendimento de escolas públicas do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), a serem entregues e instalados nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal. **PAUTA:** a) Registro de Presença e Identificação; b) Abertura da Audiência pela Chefe da Divisão de Avaliação de Registro de Preço, Sr^a Rita Helena Fragale, apresentação dos participantes, formação da Mesa Diretora; c) Apresentação do modelo de compras públicas executado pelo FNDE: conceitos e definições. Experiências anteriores. d) Apresentação das especificações técnicas; e) Apresentação de subsídios para aprimoramento das especificações e pedidos de esclarecimento por escrito, debate e resposta a pedidos de esclarecimentos e leitura de contribuições pela Mesa Diretora; f) Considerações finais e encerramento. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Leilane Mendes Barradas – Presidenta da Audiência, (Diretora de Administração do FNDE); Sr. Mauro Moura (Coordenador Geral de Tecnologia Inovação e Processos); Sr. José Guilherme Moreira Ribeiro (Diretor de Tecnologia do FNDE). **APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES:** Sra. Leilane Mendes Barradas (FNDE); Sr^a Andressa Klosovski (FNDE); Sr^a Rita Helena Fragale (Chefe da Divisão de Avaliação de Registro de Preço - FNDE); Sr^a Adla (FNDE); Sr^a Ana Carolina (FNDE); Sr. Tiago (FNDE); Maria Estela Moreira Russo (FNDE); Poliana Marques Silva (FNDE); Sr^a Ana Schneider (Microsoft); Sr^a Ingrid (MICROSOFT BRASIL); Sr. João César (Coordenador de Compras, FNDE); Sr^a Regiane (FNDE); Sr. Renato (FNDE); Sr. Luciano (FNDE); Sr. Hudson de Oliveira (Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais); Sr. Anderson Isidoro da Silva (BRINK MOBIL); Sr. Márcio Dala Corte Fernandes (INTEL); Sr. Wesley Neves (Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro); Sr. Reginaldo Lima (Capital Tech -HP BRASIL); Sr. Dermeval Novaes (ITAUTEC); Sr. Valmir F. Bozoni (ITAUTEC); Sr. Eduardo Moreira (AMD); Sr. Afonso (MICROSOFT); Sr. Luiz Ferreira (THINNETWORKS); Sr. Álvaro G. Bruno (DIGIBRÁS); Sr. Mário Alves (DARUMA); Sr. Carlos Ramiro (DARUMA); Sr. Marcelo Almeida (DIEBOLD); Sr. Osmar P. Silva (DIEBOLD); Sr. Ivan (GET); Sr. Rodrigo (Positivo Informática); Sr. Cláudio Yamaguchi (Positivo Informática); Sr. Venício Giacomini (PACRI); Sr. Ivanhoé (Positivo Informática); Sr. Tiago Hamilton O. da Silva (FNDE); Sr. Maurício Martins (ITAUTEC); Sr. Afonso Lamounier (MICROSOSFT); Sr. Eduardo T. Moreira (AMD); Hudson; Sr. Inio Viotti; Ricardo Diamante (OMNI); Sr. Cleverson (FALCONI TI); Sr. Walyson Cogui (OMNI); **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS:** Abrindo os trabalhos, a Sr^a Leilane Mendes Barradas falou sobre o Registro de Preços e explicou em que momento as áreas de compras e

de tecnologia educacional estão envolvidas na missão institucional do FNDE e a razão dessa audiência pública. Informou aos presentes que o FNDE é uma autarquia vinculada ao MEC responsável pelo financiamento e pela assistência técnica financeira dos Estados e Municípios, para garantir a educação de qualidade a todos. Esclareceu que o FNDE executa as políticas educacionais elaboradas pelo Ministério da Educação e que todos os Municípios são avaliados pelo IDEB. Também disse que a meta do Governo Federal é que alcance os índices encontrados nos países de primeiro mundo. Disse que devido à baixa arrecadação dos municípios, são aportados recursos, suportes e subsídios aos Estados e Municípios para que estes possam atingir as metas pretendidas. Informou ainda que para que recebam esses aportes é necessário o preenchimento do PAR, Plano de Ações Articuladas, que é um planejamento feito pelo Município. O preenchimento é feito no SIMEC- Sistema do Ministério da Educação a fim de estabelecer as prioridades e necessidades daquele Município, para atingir determinadas metas estabelecidas pelo MEC. O Município informa que ele precisa dar acesso à questão da tecnologia para os alunos, a fim de facilitar o aprendizado tanto para os alunos como para os professores. Para isso, necessitam de laboratórios, tabletes, projetores, vários insumos educacionais. Ressaltou que o FNDE é responsável por fazer uma compra centralizada e há a necessidade de assistência técnica e financeira. A Sr^a Leilane esclareceu que a assistência técnica começa com esse processo em que o FNDE recebe a demanda do Município por meio do PAR e a partir disso os técnicos irão trabalhar numa proposta de especificações do objeto para atender essa demanda. Ela disse que é necessário que essas especificações possam atender a todos os municípios do país e que existe uma grande dificuldade causada pelas diferenças de estrutura de cada Município. No caso dos laboratórios do ProInfo, essa proposta foi elaborada no FNDE sob a coordenação do Sr. Mauro Moura – Coordenador Geral de Tecnologia Inovação e Processos. Esclareceu que as empresas criam uma linha de produção só para o FNDE, assim como acontece no “Caminho da Escola” que são os ônibus rurais. Como a demanda é muito grande, é necessário que se tenha um cuidado especial quando se ganha uma licitação. Disse que o FNDE tem que estudar o mercado para saber se tem alguém com capacidade de produzir para essa licitação e com a velocidade que precisam. A partir desse estudo chega o momento que é um dos mais ricos durante esse processo todo, principalmente pela transparência. É o momento que chamam o mercado e é muito importante a presença dos Estados e Municípios. Convidam o CONSED e UNDIME que são parceiros do FNDE e podem por meio deles ter uma visão do cliente final. A partir da Audiência Pública é possível se obter um feed back do mercado e nesse debate as opiniões devem ser expostas para indicar o que pode ser melhorado. A sra. Leilane esclareceu ainda que os laboratórios do ProInfo são pregões recorrentes do FNDE e que haverá sempre uma atualização na evolução do processo. Com isso, o produto dessa reflexão será o termo de referência que irá gerar o Pregão Eletrônico. Falou que o Pregão Eletrônico foi um dos principais avanços da Administração Pública. Com o Pregão Eletrônico, a documentação é analisada e os protótipos também. Além disso, conta-se com o apoio do INMETRO que é parceiro do FNDE em vários dos registros de preços nacionais que não realizados. Nesse momento, o Sr. José Guilherme interferiu e fez dois comentários em relação ao que a Sra. Leilane estava expondo: em relação à avaliação e acompanhamento. Disse que é importante

que todos os participantes de editais de tecnologia saibam que tecnologia da educação tornou-se um tema recorrente para os órgãos de controle. Estes estão pressionando para que se melhore o modelo de acompanhamento técnico e controle de qualidade, com visitas, exigências e que sejam aplicadas penalidades, se necessárias, às empresas. Esclareceu que o edital tem um componente de logística tão importante quanto as especificidades de tecnologia. A Sr^a Leilane disse que todos os Municípios e Estados que forem contemplados com recursos do FNDE via transferência direta são considerados órgãos participantes na origem. Informou que em vinte e três de janeiro de dois mil e treze foi publicado um novo decreto sobre o registro de preço, que esse trouxe novas alterações e que para o FNDE foram bastante interessantes. Informou também, que dentro do sistema, depois que a ata estiver fechada, na transferência direta, especialmente os Estados e Municípios não precisarão entrar nesse sistema para pedir a adesão. Disse que quando sai o empenho para aquele produto, esse já entra automaticamente no sistema de gerenciamento de adesão às atas que serão encaminhadas direto ao fornecedor. Ressaltou ainda que o projeto foi concebido de uma forma que o ganho ficou a favor do Estado e não a favor do mercado e que a economia conseguida de 2008 até hoje foi em torno de dois bilhões e meio de reais. Os Estados podem comprar tanto com recursos de transferência direta do FNDE, como também com recursos próprios e ainda existe a possibilidade de Emendas Parlamentares. Com o decreto novo surgiram novas possibilidades e uma das mais significativas é que agora depois que termina a fase de lances, pode-se abrir para os próximos fornecedores que quiserem registrar os seus produtos pelo mesmo valor do primeiro. Em virtude disso, o FNDE criou novas regras para esse novo processo. Depois da decisão no sistema, o fornecedor terá cinco dias para atender. Caso contrário, será entendido que não houve interesse e o próximo fornecedor poderá ser chamado. Disse que uma questão que deixa angústia é que é dada a adesão e não chega o feedback do fornecedor de quantos contratos foram assinados e que é importante a inserção dos dados no contrato porque a partir da inserção dos dados no sistema haverá a possibilidade de ser acompanhado. Esse processo todo é feito para todos os itens e para ter preços melhores é importante que mais empresas participem. Na sequência, a Sr^a Leilane passou a palavra ao Sr. Mauro Moura – Coordenador Geral de Tecnologia Inovação e Processos para falar sobre as Especificações Preliminares: Ele iniciou dizendo que quando se fala do ProInfo, independente de ser urbano ou rural já é um tema bastante comum para a grande maioria dos fornecedores. Frisou que o foco em algumas situações é baseado em funcionalidades. Algumas especificações apresentadas são estudadas, pensadas num primeiro momento com foco nas necessidades educacionais, tendo em vista a visão dos professores e alunos nas escolas. Algumas especificações remetem a um modelo tecnológico que tem sido adquirido ao longo dos últimos anos, já sendo um modelo consagrado e para o momento é o que está sendo utilizado de fato, nos Estados e Municípios. A ideia esclarecida pela Diretora Leilane é aprimorar cada vez mais o processo de aquisição e também o modelo tecnológico. A aquisição do último ProInfo, que ocorreu em novembro de dois mil e doze, não tem grandes modificações em relação ao que é apresentado hoje na Audiência Pública. Frisou que essas especificações apresentadas são de fato um resumo técnico, que tenta retratar a maioria das especificações que serão publicadas no edital. Disse também que hoje existe um programa chamado PRONACAMPO, que visa o fortalecimento da educação no campo e o ProInfo está

inserido nesse contexto como ferramenta tecnológica para dar suporte a esse programa. Salientou que o modelo tecnológico do ProInfo Rural é próprio do FNDE, desenhado de acordo com o funcionamento das escolas rurais. Aproveitou para falar a respeito dessa escola rural e como funciona o seu atendimento. Disse que as escolas rurais maiores estão geralmente próximas a grandes centros, que elas possuem um atendimento diferenciado e às vezes são atendidas pelo ProInfo Urbano. Informou que existem aproximadamente oitenta e cinco mil escolas rurais e que elas carecem de uma infraestrutura adequada para que possam levar um determinado tipo de modelo tecnológico para dentro das salas. Algumas especificações estão ainda como minuta, mas a maioria retrata o que está sendo pretendido. Esclareceu que as avaliações serão feitas baseadas em dois pontos: primeiro sobre as exigências do edital e outra sobre a proposta apresentada pela empresa. Falou que o modelo continua sendo o multiterminal em função das características já apontadas da escola rural e a quantidade dos equipamentos também se mantém. Disse que o ProInfo Urbano não teve grandes alterações. Disse ainda que existe a necessidade dos Estados e Municípios e também a necessidade da conexão do ProInfo com outros programas do Ministério da Educação, que visam a outros tipos de funcionalidades, não sendo apenas laboratórios de informática. Falou que deverá se fazer uma mudança sob do ponto de vista da operacionalização do Pregão e esclareceu que antes era trabalhado o laboratório de informática como um grupo e nesse caso as empresas necessitavam dar lances para cada um dos itens que o compunham. No entanto, como o FNDE considera o ProInfo como um produto indivisível, a sua aquisição deverá ser como um único item e isso será realmente de grande importância em função do custo logístico.

QUESTIONAMENTOS: O Sr. Cristiano de Castro da 3M do Brasil: sugeriu a inclusão de novos parâmetros no termo de referência no que se refere à especificação técnica dos monitores dos computadores: “A nova sociedade digital está cada vez mais interativa no que se refere à interface homem/máquina. O mundo hoje é cada vez mais sensível ao toque e a diversidade de aparelhos. Hoje o mercado converge para interface chamada de TOUCH. O entendimento desta empresa é que o termo de referência demande os monitores com a interface de toque (touch). O sensor Multitouch irá garantir que o Monitor esteja preparado para aplicações do Sistema Windows 8 (que está na especificação juntamente com o Linux Educacional) de forma que sejam plenamente funcionais quando da atualização do sistema operacional adicionando maior longevidade do produto.” O Sr. Mauro disse que já começamos a vivenciar essa interface “Touch”, principalmente com os ultrabooks lançados que começaram a chegar em outubro, notebooks já com monitores touch. Só que isso ainda não é uma realidade, principalmente sobre o custo que ainda é muito alto e esse questionamento deverá ficar sob a mesa para avaliação. O Sr. Afonso Lamounier da MICROSOFT disse que além da compatibilidade comprovada com Windows e Linux, os equipamentos do PROINFO Urbano e Rural deveriam ser especificados com Dual Boot, incluindo sistema operacional Windows, de acordo com as necessidades dos Estados e Municípios e com a abertura e neutralidade que o MEC/FNDE solicita. O Sr. Mauro disse que o FNDE não compra sistema operacional, pois ele tem um sistema operacional próprio. Os Estados em função do pacto federativo são livres e, portanto, estão livres para fazer as configurações do modo que acharem melhor para as suas redes. Por uma questão de padronização e unificação do modelo, a aquisição já é feita nos moldes

apresentados. Dual Boot implicaria em uma aquisição ou um segundo sistema operacional e daqui a pouco um terceiro, um quarto, etc. O Sr. José Guilherme esclareceu que a fala do Sr. Mauro está muito vinculada ao processo de produção do sistema operacional que está implantado a quase 10 anos. Esclareceu também que O FNDE tem ouvido o CONSED e UNDIME em relação a esse processo, trabalhado com a abertura de plataforma e verificado exatamente esse custo que o Sr. Mauro comentou, em relação ao impacto da definição em aberto de um Dual Boot ou não. Disse que o FNDE foi convidado para a próxima reunião do CONSED onde irão discutir sobre esse assunto. Disse também que os Estados e Municípios é que irão decidir sobre os sistemas operacionais que interessem a eles. O Sr. Osmar Silva (DIEBOLD) perguntou sobre a solicitação de adesão com recurso próprio, se a contratada é obrigada a aceitar. O Sr. Mauro respondeu que segundo o que a Diretora Leilane apresentou, a partir de agora, será obrigatório aceitar. O Sr. José Guilherme esclareceu que quando a sra. Leilane falou em adesão na origem, ela se referia a do planejamento feito pelo MEC e FNDE, feito pelo PAR. O Planejamento é feito pelo FNDE e pelo PAR, e é atendido por assistência técnica ou assistência financeira. Disse que então, o planejamento é feito em cima do PAR com dinheiro do MEC e do FNDE. Essa conta é que vai ser sempre obrigatória e sempre será na origem, ou seja, o recurso está previsto para aquela compra e aquela aquisição e, portanto, a empresa que ganhar em primeiro lugar será obrigada a aceitar aquela lá ou abrir mão da produção. Disse existir outros motivos em que se poderá abrir mão do processo. Falou que os recursos próprios não estão planejados, então, automaticamente são carona e esse é um conceito sutil que deve-se atentar porque é um processo de entendimento jurídico e não um processo de entendimento fácil. A posição da Sr^a Leilane é a válida porque é a DIRAD que gerencia esse tipo de processo. O Sr. Mauro complementou dizendo que só quem operacionaliza o programa, conhece a dificuldade. O Sr. Osmar perguntou também qual o grau de comprometimento do FNDE em caso de atraso ou não pagamento pela contratante e solicitou que da mesma forma que as multas, penalizações constem do edital, que as ações do FNDE constem também do mesmo. Após citou dois exemplos: 1) Se o FNDE repassar o dinheiro para a prefeitura e esta na hora de pagar a empresa ficar demorando alguns meses para fazer esse pagamento. 2) Se a mudança de prefeito ao assumir não tiver dinheiro no caixa, porque o anterior não deixou. Disse também que gostaria que o FNDE fosse corresponsável pelo pagamento, a partir do momento que se tem um contrato. Diante dessas indagações o Sr. Mauro esclareceu que o FNDE não obriga a nada e que a lei determina que a adesão na origem deve ser aceita pelo fornecedor que participou. Falou também que o limite do FNDE está no acompanhamento da execução do objeto, quando ele transfere o dinheiro para o Estado ou ente federado. A responsabilidade do FNDE está na consecução do objeto. O Sr. Eduardo Moreira da AMD comentou que atualmente ainda se considera a utilização de Benchmark "Sysmark" para avaliação do desempenho dos processadores/computadores e disse ser esse teste reconhecidamente tendencioso para um único fabricante, como se verifica em www.intel.com/benchmarks. Falou que a manutenção desse teste exclui a possibilidade de que a ADM seja competitiva ou mesmo participe do processo com seus componentes. Solicitou que houvesse um Benchmark alternativo ao Sysmark previsto em edital ou que este fosse substituído por outro no certame. O Sr. Mauro esclareceu que já foi explicada a questão do

Benchmark, razão pela qual não avançaram no Sysmark dois mil e sete. Disse já estar em estudo a possibilidade da implementação de um novo sistema de Benchmark, porém este não está finalizado. O Sr. Dermeval Novaes (ITAUTEC) perguntou que se na solução fornecida ao equipamento, o servidor FNDE Urbano, se poderia ser fornecida a interface USB 3.0 no lugar da IEE 1394, pois os fabricantes de placas mãe ou placas periféricas não estão mais fabricando este tipo de interface. O Sr. Mauro esclareceu que está sendo feito este estudo, mas a placa ainda está sendo fabricada. Disse que de qualquer forma neste edital já se exige a interface USB 3.0. O Sr. Cláudio (Positivo Informática) perguntou sobre o Monitor de vídeo Alínea “E” e falou que compreendia que seriam aceitos monitores com pixel pitch de 0,30mm, visto que é o padrão de mercado para o tamanho de resolução solicitada. Quanto ao Monitor de vídeo alínea “C” disse que devido à tendência de mercado, a oferta de modelo com monitores com brilho de 250 cdm² está diminuindo e a oferta de modelos com 200 está aumentando. Ele sugeriu que sejam aceitos monitores com brilho de 200. O Sr. Mauro esclareceu que esses dois itens estão conectados e de fato essa especificação, a última edição do edital do ProInfo já contempla essas alterações. O Sr. Cláudio continuou com os itens 1.9 e 2.8, unidade DVD-RW, disse que devido ao padrão de mercado solicitava que fossem aceitas unidades de DVD com interface sata. O Sr. Mauro esclareceu que isso também já foi alterado. O Sr. Valmir da ITAUTEC perguntou se nos outros pregões era exigido que a placa wifi e roteador fossem do mesmo fabricante. Isso limitava muito a possibilidade de ofertas Hw que atendiam o edital. Perguntou se isso seria mantido. Perguntou ainda se haveria necessidade de compatibilidade com o Windows Multipoint Server dois mil e dez. O Sr. Mauro esclareceu que o roteador wifi e a placa já tiveram diversas dificuldades. Disse que para fugir dessa questão, considerando que era um grupo e agora passa a ser um item agregado, entende-se que o fornecimento de um mesmo fabricante só aumentaria a compatibilidade, fazendo com que se fuja de outros problemas. Disse que iria avaliar a sugestão que esta seria publicada posteriormente. O Sr. Mauro finalizou falando sobre a necessidade de haver compatibilidade com o Windows Multipoint Server dois mil e dez. Disse que o sistema operacional que atende a esse requisito é o que se usa. Falou que o sistema Multipoint foi criado com essa finalidade. O Sr. Afonso da MICROSOFT se comprometeu a enviar a versão atual para ser testada. O Sr. Luiz Cláudio da THIN NETWORKS disse que as soluções de multiterminal receberam várias melhorias e avanços tecnológicos nos últimos anos. Portanto, disse que gostariam de saber quais os procedimentos para a apresentação dessas novas tecnologias, para um eventual uso nos próximos processos. O Sr. Mauro esclareceu que o FNDE tem estudado e tentado entender quais são essas evoluções. Além disso, o Sr. José Guilherme lembrou que o FNDE tem prazos internos a cumprir para poder fazer as adequações. Não havendo mais sugestões o Sr. Mauro declarou encerrada a Audiência Pública às 11h27min.